

DESTAQUES DA SEMANA Tecnologia da Informação

16 a 20 de setembro de 2024

Nesta Edição

- △ [Proteção de Dados](#)
- △ [Segurança Cibernética](#)
- △ [Inteligência Artificial](#)
- △ [Transformação Digital](#)
- △ [Educação](#)
- △ [Mídias Sociais](#)
- △ [PD&I](#)
- △ [Economia & Tributário](#)
- △ [Trabalhista](#)
- △ [Administração Pública](#)
- △ [Orçamento](#)
- △ [Consultas & Compras Públicas](#)
- △ [Nomeações](#)

Proteção de Dados

- **Gestão defende fortalecimento de Infraestruturas Públicas Digitais para assegurar a proteção de dados.** O último dia do Congresso da Cidadania Digital, realizado em Brasília no dia 18 de setembro, destacou a importância das **Infraestruturas Públicas Digitais robustas**, que garantem a segurança dos dados dos cidadãos. O governo federal, por meio do GOV.BR, da nova Carteira de Identidade Nacional (CIN) e do compartilhamento de dados, busca promover um ambiente de confiança que estimule a inovação, ao mesmo tempo que protege os direitos individuais. Luanna Roncaratti, secretária adjunta de Governo Digital do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, enfatizou que essa infraestrutura visa **elaborar políticas públicas mais eficazes, oferecer serviços personalizados de qualidade e fortalecer a soberania nacional**, além de impulsionar o desenvolvimento econômico e social com foco na transparência e proteção de dados. Hudson Mesquita, diretor do Departamento de Identidade Digital da Secretaria de Governo Digital, apresentou os resultados do GOV.BR, ressaltando que a plataforma está centrada no cidadão, o que permite uma integração eficaz de serviços oferecidos por diversos órgãos. A proposta é transformar a experiência do usuário

em serviços públicos digitais, reconhecendo a unicidade de cada cidadão. Com informações de: [ASCOM MGI](#)

Segurança Cibernética

- **Comitê de Infraestrutura de Telecomunicações da Anatel realiza reuniões com prestadoras e empresas de tecnologia sobre data centers.** Nos dias 16 e 17 de setembro de 2024, o Comitê de Infraestrutura de Telecomunicações da Anatel (C-INT), sob a liderança do conselheiro diretor Alexandre Freire e com a coordenação do superintendente Nilo Pasquali, realizou reuniões virtuais com representantes de empresas de telecomunicações como Claro, Vivo e TIM, além das gigantes de tecnologia AWS e Google. O foco das discussões foi a **segurança das infraestruturas de telecomunicações**, abrangendo tanto a segurança física quanto cibernética dos data centers e das operações de cloud computing. Os participantes enfatizaram a necessidade de implementar padrões rigorosos para proteger essas instalações críticas e compartilharam suas estratégias, incluindo métodos avançados e o emprego de tecnologias emergentes, como a Inteligência Artificial (IA), em particular a IA generativa. Além disso, foram abordados temas como o crescimento do mercado, a sustentabilidade e a necessidade de apoio governamental, refletindo a importância desses tópicos no cenário atual da tecnologia e das telecomunicações. Com informações de: [ASCOM ANATEL](#)

Inteligência Artificial

- **SAS: Brasil fica na 11ª posição no uso de Inteligência Artificial Generativa.** O Brasil ocupa a 11ª posição no cenário global de adoção de Inteligência Artificial Generativa, conforme apontado por uma pesquisa realizada pela SAS, envolvendo 1.600 empresas ao redor do mundo. A pesquisa revela que a China se destaca à frente, com uma impressionante taxa de adoção de quase 83%, seguida pelo Reino Unido com 70% e pelos Estados Unidos, que registram 65%. A média de adoção global é de 54%, enquanto o Brasil registra 46%. Em entrevista à CDTV, do Convergência Digital, **Lyse Nogueira**, especialista em atendimento ao cliente da SAS, enfatiza a importância de uma análise cautelosa desses números. Segundo ela, embora as empresas brasileiras reconheçam o potencial da IA generativa e desejem incorporá-la, há uma hesitação devido aos custos envolvidos na implantação de novas tecnologias. “O taxímetro de implantar uma nova tecnologia está sempre rodando. É fundamental que uma organização estabeleça políticas claras de adoção, pois nem todos têm a mesma percepção do que é óbvio. O que parece evidente precisa ser comunicado para o benefício do negócio, especialmente considerando que a tecnologia tem um custo, e tecnologias inovadoras costumam ser ainda mais onerosas”, alertou Nogueira. Com informações de: [Convergência Digital](#)
- **Governança de dados e uso da Inteligência Artificial marcam segundo dia do Congresso de Cidadania Digital.** No segundo dia do **Congresso de Cidadania Digital**, realizado em 17 de setembro, o foco recaiu sobre a Infraestrutura Nacional de Dados (IND) e a aplicação da Inteligência Artificial nos serviços públicos. O evento, promovido pela Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia em Identificação Digital (Abrid) com o apoio do **Ministério da Gestão**

e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), visa explorar maneiras de promover e implementar a cidadania digital através da modernização do sistema de identificação no Brasil. Especialistas e participantes debateram como a IND e as tecnologias de IA podem contribuir para uma gestão pública mais eficiente, otimizando processos e ampliando o acesso aos serviços para a população. Com informações de: [ASCOM MGI](#)

- **G20 quer uso responsável da inteligência artificial.** A utilização responsável da inteligência artificial (IA) foi o foco central da “Declaração de São Luís: Inteligência Artificial”, assinada por representantes dos grupos de engajamento do G20, incluindo **Civil 20** (C20), **Labor 20** (L20), **Think 20** (T20) e **Women 20** (W20). O documento, fruto de intensos debates, surgiu após a terceira reunião do Grupo de Trabalho de Economia Digital do G20, realizada em junho na capital maranhense, e um evento paralelo promovido pelo T20 com o Data Privacy Brasil, que ajudou a moldar o texto. **Cynthia Picolo**, diretora executiva do Laboratório de Políticas Públicas e Internet (Lapin) e coordenadora do Grupo de Digitalização e Tecnologia do C20, ressaltou que a declaração representa um **esforço político coletivo** que une trabalhadores, sociedade civil, mulheres e instituições de pesquisa em torno de interesses comuns. Além disso, os signatários da declaração alertaram para os impactos ambientais que a IA pode provocar, especialmente no que diz respeito ao consumo de energia e água. Contudo, enfatizaram que a tecnologia também pode ser uma aliada na luta contra as mudanças climáticas, ao viabilizar práticas mais sustentáveis e ao otimizar o uso de dados para promover um desenvolvimento ambientalmente mais responsável. Com informações de: [Abranet](#)
- **Empresas alertam que UE corre o risco de ficar para trás em IA, devido à regulamentação.** Um grupo de empresas influentes, incluindo Meta, Spotify e a renomada marca de luxo Prada, manifestou preocupação em relação às regulamentações tecnológicas da União Europeia, que, segundo eles, podem **comprometer os ganhos econômicos** associados ao avanço da inteligência artificial (IA). Em uma carta aberta divulgada na quinta-feira (19), executivos de mais de 20 companhias ressaltaram que a IA tem o potencial de impulsionar a produtividade e estimular o crescimento econômico, mas destacaram que a Europa pode não colher os mesmos benefícios que outras regiões do mundo. A carta expressa que a região já enfrenta um cenário de competitividade e inovação em declínio e alerta que, com decisões regulatórias inconsistentes, o continente pode se ver ainda mais isolado na corrida tecnológica impulsionada pela IA. Com informações de: [Valor Econômico](#)
- **Cientistas pioneiros da IA pedem proteções contra possíveis 'riscos catastróficos' no futuro.** Cientistas que lideraram o desenvolvimento da inteligência artificial (IA) estão alertando sobre a necessidade urgente de um **sistema global de supervisão** para gerenciar os riscos associados à crescente popularidade dessa tecnologia. O advento de ferramentas como o ChatGPT e outros serviços que geram textos e imagens mediante solicitação exemplificam os avanços acelerados da IA, que rapidamente se integraram ao cotidiano, abrangendo desde smartphones a veículos e ambientes educacionais. Tais inovações despertaram a atenção de governos ao redor do mundo, de Washington a Pequim, que se veem desafiados a **regulamentar e explorar adequadamente essas novas ferramentas**. Em uma declaração divulgada na segunda-feira (16), um grupo de cientistas influentes expressou preocupações sérias sobre as implicações da tecnologia que ajudaram a criar, avisando que, dentro de poucos anos, a IA poderá superar as capacidades humanas. Eles destacaram que a perda de controle sobre esses sistemas ou seu uso mal-intencionado poderia resultar em **consequências desastrosas para a humanidade**. Com informações de: [Folha de S. Paulo](#)

Transformação Digital

- **Aprovada proposta de alteração no Caderno de Projetos Reembolsáveis do Conselho Gestor do Fust.** O [Acórdão CG-FUST nº 44/2024](#) introduziu mudanças significativas no [Caderno de Projetos Reembolsáveis](#) do Conselho Gestor do Fust, com foco na ampliação e modernização da **infraestrutura de telecomunicações** no Brasil. A principal alteração é a inclusão de iniciativas para expandir a cobertura de tecnologia 4G ou superior nas rodovias federais, priorizando especialmente as áreas na faixa de fronteira. Além disso, a nova proposta contempla a criação do **Projeto Conectividade Significativa**, que visa desenvolver redes de alta capacidade nas Unidades Básicas de Saúde (UBS e UBSI). Esse projeto atenderá as necessidades de conectividade, garantindo uma velocidade mínima de **20 Mbps** por, pelo menos, 12 meses. Tanto empresas de telecomunicações quanto entidades públicas e privadas estão aptas a participar. Outra novidade é o **Projeto Data Centers/Core de Rede**, que se destina à construção, ampliação e modernização de data centers, com um enfoque na eficiência energética e na segurança cibernética. O financiamento desse projeto variará conforme a região, com incentivos mais expressivos para o Norte e Nordeste do país. Para avaliar a eficácia das iniciativas, serão utilizados indicadores como o número de projetos beneficiados, o valor despendido e a potência instalada em megawatts.
- **G20 inclui conectividade significativa em declaração para economia digital.** Na sexta-feira (13) encerrou-se a reunião do Grupo de Trabalho para Economia Digital do G20, que ocorreu em Maceió e assinalou a conclusão da presidência brasileira em relação ao tema. O encontro resultou na aprovação de uma declaração ministerial que contém compromissos e diretrizes em quatro áreas fundamentais: **inclusão digital** e conectividade universal; **governo digital** com infraestrutura pública acessível; **integridade das informações** e confiança na economia digital; e o uso da **inteligência artificial** para promover um crescimento sustentável e reduzir desigualdades. A declaração enfatiza a necessidade de estabelecer diretrizes, indicadores e métricas voltadas para a inclusão digital e a conectividade, um tema defendido pelo Brasil, por meio do Ministério das Comunicações, que coordenou os trabalhos do grupo. Essa iniciativa busca não apenas promover a universalização do acesso à internet, mas também garantir que essa conectividade seja significativa e benéfica para todas as camadas da sociedade. Com informações de: [Teletime](#)
- **Ministério da Saúde institui grupo de trabalho para transformação digital na saúde no Rio de Janeiro.** A [Portaria MS nº 5.362](#), publicada nesta semana, estabelece um Grupo Técnico de Trabalho (GTT) com a missão de desenvolver um projeto piloto voltado para a transformação digital na área da saúde no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, com prazo até 25 de março de 2025. O GTT terá a responsabilidade de criar o projeto e supervisionar sua execução, além de incentivar parcerias que ajudem na implementação das ações necessárias. O grupo será integrado por **dez membros**, incluindo representantes da Secretaria de Informação e Saúde Digital, da Secretaria Municipal de Saúde do Rio, do Gabinete da Ministra, da Secretaria de Atenção Primária à Saúde, da Associação de Desenvolvimento Redes da Maré e da Fundação

Oswaldo Cruz (Fiocruz). Os resultados do projeto serão relatados ao **Secretário Executivo** do Ministério da Saúde para que sejam tomadas as medidas cabíveis. Especialistas, representantes da sociedade civil e outras pessoas que possam contribuir para a implementação também poderão participar das reuniões do GTT, embora sem direito a voto.

- **Resolução do MDIC aprova metas para transformação digital na indústria para 2026 a 2033.** A [Resolução CNDI/MDIC nº 6](#), publicada nesta segunda-feira (16), marca um avanço significativo na transformação digital da indústria brasileira, estabelecendo metas ambiciosas para a participação nacional em novas tecnologias. O objetivo é digitalizar 25% das empresas do setor até 2026 e elevar esse percentual para 50% até 2033. Para viabilizar essas metas, o programa **Nova Indústria Brasil** será implementado, utilizando ferramentas tradicionais de políticas públicas, como subsídios, empréstimos com juros menores e aumento de investimentos do governo federal. Além disso, **incentivos tributários e fundos especiais** serão direcionados para fomentar setores estratégicos da economia. A nova política industrial contempla seis missões fundamentais que visam promover a autonomia, facilitar a transição ecológica e modernizar o parque industrial do país. Os setores que receberão foco especial incluem a agroindústria, saúde, infraestrutura urbana, tecnologia da informação, bioeconomia e defesa, demonstrando um compromisso claro com a inovação tecnológica e a sustentabilidade.

Educação

- **FUST homologa Edital Escolas Conectadas.** O [Acórdão CG-FUST nº 39/2024](#) formalizou a homologação do Edital Escolas Conectadas, resultado da [Seleção Pública BNDES-FUST nº 01/2024](#), após verificar a ausência de impedimentos para sua validação. Com essa decisão, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) está autorizado a **negociar aditivos contratuais** com as empresas contempladas no edital, utilizando recursos ainda não totalmente aplicados. Essa ação é uma resposta direta às escolas públicas que permanecem na fila para obter acesso à internet, um passo fundamental para a inclusão digital no sistema educacional. O edital é fruto de uma colaboração entre o BNDES e o Conselho Gestor do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (CG-FUST).
- **Senado aprova regras para mais transparência e controle social no ensino.** O Senado Federal aprovou, nesta quarta-feira (18), o [Projeto de Lei 2.725/2022](#), que estabelece requisitos mínimos de transparência e controle social na área educacional, uma iniciativa da deputada **Tabata Amaral** (PSB-SP). A proposta, que recebeu parecer favorável do senador **Alessandro Vieira** (MDB-SE), agora aguarda **sanção presidencial**. O novo marco exige que o poder público torne acessíveis uma série de informações sobre as instituições de ensino, tanto ao público em geral quanto aos pais e responsáveis. Entre os dados que deverão ser disponibilizados estão o número de vagas disponíveis e ocupadas nas escolas públicas, informações sobre bolsas e auxílios para estudantes e professores, além de estatísticas referentes ao fluxo escolar. O projeto também exige que sejam divulgados detalhes sobre **atividades de pesquisa e inovação tecnológica** em andamento nas instituições de ensino

superior, assim como a execução de programas financeiros voltados para a educação, seja na forma de renúncias fiscais ou subsídios. Com informações de: [Agência Senado](#)

Mídias Sociais

- **AGU defende que plataformas digitais devem adotar medidas eficazes para proteção de direitos fundamentais.** A Advocacia-Geral da União (AGU) sustentou, em documento protocolado na 6ª Vara Cível de Brasília, a necessidade de que plataformas digitais implementem medidas eficazes de moderação para garantir a proteção dos direitos fundamentais e a estabilidade democrática no Brasil. O posicionamento da AGU ocorre em resposta a uma ação civil pública movida pela Defensoria Pública da União, em parceria com o Educafro e o Instituto de Fiscalização e Controle, contra a plataforma X (anteriormente conhecida como Twitter). No pedido, a AGU solicita a **tutela de urgência** e a aceitação da ação, destacando as “**graves violações**” cometidas pela plataforma em relação ao Estado Democrático de Direito brasileiro. Os autores alegam que a plataforma tem incitado o descumprimento de decisões judiciais desde abril, e a ação visa segurar não apenas a responsabilização da X por falhas operacionais e desrespeito à legislação brasileira, mas também a obrigatoriedade de que a empresa desenvolva medidas eficazes de moderação. Com informações de: [ASCOM AGU](#)
- **X dribla bloqueio no Brasil com alteração de endereços IP no aplicativo, diz Abrint.** A plataforma de rede social X encontrou uma solução para contornar o bloqueio que enfrenta no Brasil ao implementar um novo sistema de acesso baseado em endereços IP na nuvem. De acordo com **Basílio Rodriguez Perez**, conselheiro da **Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações (Abrint)**, a atualização do aplicativo, realizada na noite de terça-feira (17), promoveu mudanças significativas na operação da rede social. Perez detalha que, com essa estratégia, o X adotou um serviço de “**proxy reverso**” oferecido pela empresa americana Cloudflare, que atua como uma camada intermediária entre os servidores da rede social e seus usuários. Essa abordagem visa garantir que os usuários brasileiros consigam acessar a plataforma, mesmo diante das restrições impostas. A utilização da tecnologia de proxy reverso é um recurso estratégico que tem sido cada vez mais empregado para driblar bloqueios e censuras em diversas partes do mundo. Com informações de: [Valor Econômico](#)

PD&I

- **Ministério das Comunicações vai repassar R\$ 317 milhões para incentivar projetos de inovação tecnológica em telecomunicações.** O ministro das Comunicações, **Juscelino Filho**, anunciou a destinação de **R\$ 317 milhões** do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel) com o intuito de estimular projetos de inovação no setor. A quantia será repassada aos agentes financeiros do fundo, incluindo a **Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)** e o **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)**. O contrato de financiamento com a Finep, que destina **R\$ 158,5 milhões**, será assinado nesta semana, enquanto os recursos para o BNDES devem ser formalizados até o final do mês. Segundo Juscelino, o foco é aumentar as oportunidades de inovação tecnológica

na indústria de telecomunicações brasileira, visando melhorar a competitividade do país no cenário internacional. Ele destacou o papel do Funttel em apoiar empresas de diversos portes na implementação de projetos, o que resulta em mais empregos e renda. Em 2024, já foram alocados R\$ 168 milhões para 21 projetos através da Finep, com linhas de crédito variando entre TR + 2,8% e TR + 7,0%, tendo carência a partir de 36 meses. Com informações de: [ASCOM MCom](#)

- **Com R\$ 5,9 bi em 2024, apoio do BNDES à inovação é o maior desde 1995.** O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) revelou um aumento significativo nos investimentos em inovação industrial no Brasil, ao aprovar **R\$ 5,9 bilhões** para projetos de tecnologia entre janeiro e agosto de 2024. Este montante representa o maior valor já registrado para esse período desde o início da série histórica em 1995 e supera a soma das aprovações realizadas de 2019 a 2023 nos mesmos oito meses. Além disso, a quantia aprovada neste ano mais do que dobrou em relação a 2011, que até então era o segundo maior ano, com **R\$ 2,9 bilhões aprovados**. No total, desde janeiro de 2023, os créditos concedidos pelo BNDES para iniciativas de inovação somam **R\$ 11,2 bilhões**, ultrapassando o valor total aprovado nos cinco anos anteriores. Esses dados demonstram um forte impulso no apoio a projetos de tecnologia, ressaltando a importância crescente da inovação para o desenvolvimento da indústria brasileira.

Com informações de: [Agência Brasil](#)

- **Ministra Brasileira Destaca a Importância da Autonomia Tecnológica em Reunião do G20.** Durante a Reunião Ministerial do Grupo de Trabalho em Pesquisa e Inovação do G20, que acontece em Manaus, a ministra de Ciência, Tecnologia e Inovação, **Luciana Santos**, destacou o compromisso do Brasil em desenvolver soluções que facilitem o acesso e a transferência de tecnologia para países em desenvolvimento, com o intuito de reduzir desigualdades e incentivar um crescimento econômico inclusivo e sustentável. Esta reunião, realizada no dia 19 de outubro, marca um momento histórico, sendo a primeira do tipo no contexto do G20, após quatro ciclos de encontros técnicos ao longo do ano em diferentes formatos. A agenda proposta pela coordenadora brasileira abrange temas como **inovação aberta**, que visa promover um **desenvolvimento equitativo e sustentável**, além de abordar a cooperação internacional, a mitigação das emissões de carbono, a promoção da saúde global e a proteção ambiental. Outro ponto relevante da discussão é a promoção da diversidade, equidade e acessibilidade nas áreas de ciência, tecnologia e inovação. Com informações de: [ASCOM MCTI](#)

Economia & Tributário

- **Publicada nova Lei sobre o regime de transição da desoneração da folha.** Foi publicada, em edição extra do Diário Oficial da União (DOU) desta segunda (16), a **sanção, com veto parcial**, da Lei nº 14.973, de 16 de setembro de 2024, oriunda do PL 1847/2024, que trata da **reoneração da folha de pagamentos**. Embora mantenha a **maior parte do texto aprovado pelo Poder Legislativo**, incluindo as regras de transição para a reoneração da folha de pagamentos das empresas; a desoneração para os municípios e as medidas de compensação do impacto orçamentário, o Presidente da República, vetou dispositivos relativos às centrais de cobrança e negociação de créditos não tributários, e sobre a recuperação de ativos esquecidos em contas bancárias.

- » Com a publicação da Lei, passam a valer, entre outras regras: **Recolhimento da contribuição previdenciária**, texto mantém a previsão de que as empresas alcançadas pela política seguirão contribuindo até 31 de dezembro de 2024, aplicando a alíquota de 4,5% sobre o valor da receita bruta, excluídas da base de cálculo as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos. Também mantém a **sistemática de retomada gradual** da cobrança sobre a folha para os **exercícios de 2025 a 2027**, no qual as empresas poderão contribuir sobre o valor da receita bruta, excluídos as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, em substituição parcial às contribuições sobre a folha de pagamentos.
 - » Sob orientação da Advocacia-Geral da União (AGU), foram **vetados artigos relativos às Centrais de Cobrança e Negociação de Créditos Não Tributários** que tinham como competência realizar acordos de transação resolutive de litígio relacionado ao contencioso administrativo ou judicial ou à cobrança de débitos inscritos em dívida ativa ou de titularidade da União, das autarquias e das fundações detidos por pessoas físicas ou jurídicas. Entre outros, argumenta-se pelo veto dos dispositivos, pois: alteram na organização e funcionamento da Administração Pública, o que exige iniciativa de proposição legislativa pelo chefe do Poder Executivo; e impõem prazo para o que o chefe do Poder Executivo indique unidade administrativa responsável por atribuições previstas na Lei, o que representaria interferência indevida do Poder Legislativo nas atividades próprias do Poder Executivo. Para mais, ouvido o Ministério da Fazenda, também **veta artigo**, segundo o qual **os recursos existentes nas contas de depósito ou que tenham sido repassados ao Tesouro Nacional** poderão ser **reclamados junto às instituições financeiras**, nos termos dos respectivos contratos de depósitos, **até 31 de dezembro de 2027**. Segundo a pasta, esse prazo contradiz aqueles previstos em artigo anteriores.
- **Senado aprova Programas Procred 360, Desenrola Pequenos Negócios & Eco Invest Brasil.** O Plenário do Senado Federal **aprovou** o [PL 1725/2024](#) (*Programas Procred 360, Desenrola Pequenos Negócios & Eco Invest Brasil*), seguindo o [parecer](#) favorável, com emenda de redação, do senador **Humberto Costa** (PT/PE). A matéria vai à sanção presidencial. O relator *ad hoc*, senador **Jaques Wagner** (PT/BA), acatou emenda de redação para incluir **pessoas com deficiência** na relação de **beneficiários prioritários** do Programa Acredita no Primeiro Passo. Para mais, a redação aprovada **garante a continuidade** dos programas criados por meio da [Medida Provisória nº 1.213/2024](#).
- » O **Programa Eco Invest Brasil**, lastreado com recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC), instituído pela [Lei nº 12.114/2009](#), tem como **objetivos**: fomentar e incentivar investimentos em projetos que promovam a **transformação ecológica**, sobretudo nos eixos da transição para práticas e **tecnologias sustentáveis**, do **adensamento tecnológico**, da **bioeconomia**, da **economia circular**, da **transição energética** e da **infraestrutura e adaptação à mudança do clima**, entre outros; atrair investimentos externos ao País; viabilizar operações no mercado de capitais com vistas à **captação de recursos no exterior** por empresas, investidores e instituições financeiras sediados no País, para fins de **financiamento de projetos**; e apoiar o desenvolvimento, a liquidez e a eficiência do mercado de proteção (*hedge*) de longo prazo em moeda estrangeira no País.
 - » O projeto altera ainda a **Lei do Pronampe** ([Lei nº 13.999/2020](#)), com a finalidade de **instituir o Procred 360**, vinculado ao Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMP), que tem o **objetivo** de desenvolver e fortalecer microempresas e

microempreendedores individuais (MEIs). Nessa frente, permite que as instituições financeiras e as demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto as cooperativas de crédito e as administradoras de consórcio, que **renegociarem**, até 31 de dezembro de 2024, **dívidas de empresas** com faturamento igual ou inferior a **R\$ 4,8 milhões**, apurado pelos agentes financeiros, tenham **direito à apuração de crédito presumido** na forma prevista.

- **Governo já “precifica” nova negociação com Congresso sobre desonerações em 2025.** O recente acordo entre o governo de Luiz Inácio Lula da Silva e o Congresso Nacional resulta na aprovação do PL 1847/2024, que promove a **reoneração gradual da folha de salários**. Este entendimento é visto pela equipe econômica como uma solução “possível” em meio a desafios orçamentários. A sanção da nova legislação, embora inclua alguns vetos e medidas de compensação diante da renúncia de receitas, não deve, segundo análises internas, eliminar a necessidade de novas negociações em um futuro próximo. Especialistas acreditam que essa movimentação fortalece o Executivo nas próximas discussões e oferece um importante **precedente para o equilíbrio das contas públicas**. O tema, embora central na política fiscal, também reflete a relação entre tecnologia e gestão financeira, uma vez que a implementação de novos sistemas e ferramentas ainda será essencial para acompanhar e controlar eficazmente as mudanças nas legislações. A expectativa é que a adoção desse projeto possa **impactar de maneira positiva na arrecadação e na sustentabilidade fiscal do país**, utilizando a tecnologia como aliada na modernização e transparência dos processos públicos.

Com informações de: [InfoMoney](#)

- **GECEX altera Lista de Bens Sem Similar Nacional (Lessin).** A Resolução [GECEX nº 645/2024](#), publicada recentemente, modifica a [Resolução GECEX nº 553](#), que estabelece a **Lista de Bens Sem Similar Nacional (Lessin)** e revoga o Anexo Único da [Resolução GECEX nº 575](#). Essa atualização é relevante no âmbito tecnológico, pois reclassifica mercadorias e bens importados, isentos de concorrência nacional e com alíquotas diferenciadas. Constam na lista, entre outros, bens da Seção XVI (Capítulos 84-85): máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios. A lista revisada inclui produtos de setores diversificados, especialmente da Seção XVI, abrangendo **máquinas e aparelhos, material elétrico** e dispositivos para gravação e reprodução de som e imagem. Com isso, a gestão de importações, especialmente em tecnologia, é ajustada, buscando facilitar a entrada de equipamentos e instrumentos que não possuem equivalentes no mercado interno. A nova regulamentação passa a valer a partir de 1º de outubro de 2024. Além disso, a resolução cobre uma ampla gama de categorias, que vão desde produtos minerais e químicos até utensílios de diversos tipos, consolidando um quadro regulatório abrangente para diversos setores industriais e mercadológicos.
- **GECEX altera lista que reduz temporariamente as alíquotas do IPI incidente sobre os Bens de Informática e Telecomunicações .** A recente [Resolução GECEX nº 643/2024](#), publicada pelo Comitê Executivo de Gestão (Gecex), traz mudanças significativas na lista de bens de informática e telecomunicações que estão isentos da alíquota de **0% do Imposto de Importação** até 31 de dezembro de 2025. A normativa exclui **três categorias** de produtos –

máquinas automáticas para processamento de dados, aparelhos de gravação ou reprodução de som e máquinas com revestimento dielétrico – que não contam com produção nacional equivalente. Em contrapartida, a resolução inclui bens que ampliam a capacidade tecnológica do país, como as **unidades de processamento gráfico** (GPUs) com conexões HDMI e USB-C, essenciais para o desempenho em jogos e aplicativos gráficos. Além disso, estabelece a inclusão de **sistemas de comunicação** baseados em rádios bidirecionais, que são fundamentais para a operação de trens automáticos em linhas metroviárias, garantindo um controle eficiente e seguro no transporte público. Por fim, a medida também acolhe **fibras de vidro condutivas com revestimento de látex**, que possuem aplicações em tecnologias avançadas e componentes eletrônicos.

- **Debate aponta que reforma tributária pode alavancar exportações.** Durante um debate promovido na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), especialistas destacaram que a regulamentação da reforma tributária pode impulsionar substancialmente as exportações do Brasil, que atualmente ocupa a **24ª posição** entre os maiores exportadores do mundo. Coordenado pelo senador **Izalci Lucas** (PL/DF), o encontro enfocou as implicações da reforma nas Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs) e regimes aduaneiros especiais. Na ocasião, o secretário-executivo do Conselho Nacional das ZPEs, **Fabio Pucci Martins**, informou que a proposta traz inovações, como a desoneração da energia elétrica voltada para a produção de energia limpa e a isenção de tributos sobre serviços de transporte de mercadorias. O ex-senador **Roberto Rocha** apontou que a modernização do sistema tributário reduzirá a dependência das empresas brasileiras em relação às ZPEs, criando um ambiente de negócios mais competitivo. [Fonte:](#) Senado Federal
- **Senado e Câmara abandonam pressa em análise da reforma tributária.** O Congresso Nacional suspenderá suas atividades na próxima semana, retornando apenas após o primeiro turno das eleições municipais, programadas para o dia **6 de outubro**. Nesse contexto, o Senado não avançou na tramitação do projeto de regulamentação da reforma tributária, que é um tema central na discussão sobre a modernização do sistema fiscal brasileiro. Apesar de haver um consenso sobre o nome do senador **Eduardo Braga** (MDB-AM) como relator da proposta, sua oficialização ainda não ocorreu. Além disso, o Senado não promoveu audiências públicas para debater o assunto, deixando pendentes as discussões sobre a reforma tributária até que as eleições sejam concluídas. Com informações de: [G1 Notícias](#)
- **Reforma tributária: ‘É preciso acordo entre as casas’, diz relator no Senado.** O relator da reforma tributária no Senado, **Eduardo Braga**, destacou a importância de um consenso entre as duas casas do Congresso para avançar na regulamentação do tema. Ele alertou que as alterações propostas pelo Senado ainda precisam ser apreciadas pela Câmara dos Deputados e podem enfrentar vetos presidenciais. Braga enfatizou a necessidade de garantir os compromissos que viabilizaram o apoio à reforma, incluindo a promessa de não aumentar impostos, simplificar o sistema e reduzir a sonegação fiscal. Durante um evento da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), o senador reiterou que é viável aumentar a arrecadação do governo sem a elevação da carga tributária global, ressaltando a relevância de um compromisso sólido para que a reforma atenda aos anseios da população e do setor produtivo,

em um momento em que a eficiência da tributação é mais relevante do que nunca para fomentar inovação e tecnologia no país. Com informações de: [O Estado de S. Paulo](#)

- **Grupo da reforma tributária no Senado soma 200 estudos com pleitos de entidades.** O Grupo de Trabalho (GT) da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, liderado pelo senador **Izalci Lucas**, intensificou suas atividades em torno da reforma tributária, contabilizando até 15 de setembro um total de 200 reuniões com diversas entidades. Essa agenda inclui **107 audiências públicas, 82 encontros agendados** em gabinetes e 10 visitas presenciais do coordenador, que resultaram na entrega de mais de 200 estudos e propostas de modificações no projeto em análise. Izalci destacou que muitos dos estudos apresentados possuem justificativas robustas e serão considerados na elaboração de um relatório com emendas, cujo **conteúdo final será decidido coletivamente**. Apesar de reconhecer que a proposta de reforma tributária foi elaborada com bases teóricas sólidas, ele apontou que, ao ser aplicada na prática, se torna evidente a necessidade de ajustes, já que o texto atual pode gerar interpretações errôneas e não abrange adequadamente diversos setores, especialmente em tópicos relativos a alíquotas especiais e isenções. Com informações de: [Valor Econômico](#)

Trabalhista

- **MTE atualiza normativo, publica Plano Nacional e apresenta dados sobre desigualdade salarial.** O governo federal, por meio da [Instrução Normativa GM /MTE nº 6, de 17 de setembro de 2024](#) apresentou regras para implementação da [Lei nº 14.611/2023](#), que trata sobre a **igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens**, regulamentada pelo [Decreto nº 11.795/2023](#), e pela [Portaria MTE nº 3.714/2023](#). Foi divulgado ainda, em evento realizado nesta manhã, pelo Ministérios do Trabalho e Emprego (MTE) e das Mulheres (MMULHRES), o Plano Nacional de Igualdade Salarial e Laboral entre Mulheres e Homens. O documento visa promover maior igualdade de acesso e permanência das mulheres no mundo do trabalho, listando um conjunto de 79 ações que serão executadas pelos diversos ministérios e que estão previstas em seus Planos Plurianuais (PPA).

Administração Pública

- **Congresso aprova licitação em situação de calamidade.** O Plenário da Câmara dos Deputados **concluiu a deliberação das emendas** do Senado Federal ao [PL 3117/2024](#) (*licitação em situação de calamidade*), seguindo o [parecer](#) do **deputado Bohn Gass** (PT/RS). A matéria segue à sanção presidencial. A Câmara manteve a maior parte das emendas do Senado, com exceção das seguintes alterações: retira do texto a menção à **limitação constitucional** que impede contratos com empresas em débito com o sistema de seguridade social; e, passa a estabelecer a **vigência desta Lei como marco temporal** para a exigência de manutenção ou aumento de empregos, como condição para o acesso ao financiamento pelas empresas. A proposta também **elimina** a aplicação de **encargos retroativos** em caso de descumprimento. A redação final aprovada **replica** o conteúdo da [MPV 1221/2024](#), que trata do mesmo tema do projeto, e inclui a [MPV 1.216/2024](#) (*subvenção para mutuários com perdas*

materiais nas áreas afetadas por eventos climáticos). A norma autoriza a administração pública a: **(i) dispensar a licitação** para a aquisição de bens, a contratação de obras e de serviços, inclusive de engenharia; **(ii) reduzir pela metade os prazos mínimos para a apresentação das propostas e dos lances**, nas licitações ou nas contratações diretas com disputa eletrônica; **(iii) prorrogar contratos** para além dos prazos estabelecidos por, no máximo, 12 meses, contados da data de encerramento do contrato; **(iv) firmar contrato verbal**, desde que o seu valor não seja superior a R\$ 100 mil, nas hipóteses em que a urgência não permitir a formalização do instrumento contratual; e **(v) adotar regime especial para a realização de registro de preços**.

- Todas as aquisições ou contratações realizadas com fundamento nesta lei serão disponibilizadas, no prazo de 60 dias, contado da data da aquisição ou da contratação. Para os contratos firmados nos termos do disposto nesta lei, permite que a administração pública preveja cláusula que estabeleça a obrigação dos contratados de aceitar, nas mesmas condições contratuais iniciais, acréscimos ou supressões ao objeto contratado, limitados a 50% do valor inicial atualizado do contrato. Os contratos firmados com fundamento nesta lei terão prazo de duração de até 1 ano, prorrogável por igual período, desde que as condições e os preços permaneçam vantajosos para a administração pública, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento da situação de calamidade pública.
- **CGU promove primeira Assembleia Geral da RedeLAI.** A Controladoria-Geral da União (CGU) realizou nesta terça-feira (17/09) a primeira Assembleia Geral da Rede Nacional de Transparência e Acesso à Informação (RedeLAI), um projeto que visa fortalecer a **democratização e a transparência no Brasil**. O ministro da CGU, Vinícius de Carvalho, destacou a importância dessa iniciativa, que busca enfrentar os desafios ainda existentes na implementação da Lei de Acesso à Informação, especialmente em um cenário em que mais de 4 mil municípios ainda não regulamentaram a legislação. Carvalho ressaltou a **necessidade de parcerias com diferentes níveis de governo** para avançar na matéria e enfatizou que um dos principais objetivos da RedeLAI é promover o intercâmbio de melhores práticas, além de entender as dificuldades específicas enfrentadas por cada localidade. Segundo ele, a CGU pretende **identificar “gargalos” e “pontos críticos” na aplicação da lei, buscando oferecer apoio baseado na experiência acumulada tanto da própria CGU quanto de estados e municípios que conseguiram superar obstáculos similares**. O evento sublinha o papel da tecnologia e da transparência no fortalecimento da participação cidadã e no aprimoramento da gestão pública, evidenciando a necessidade contínua de inovação e colaboração entre os diversos entes federativos. Com informações de: [ASCOM CGU](#)

Orçamento

- **Conselho Gestor do Fust aprova proposta orçamentária de R\$ 1 bilhão para 2025.** O Ministério das Comunicações divulgou a proposta orçamentária para o Fundo de Universalização das Telecomunicações (Fust) de 2025, que totaliza R\$ 1,081 bilhão. A quantia, aprovada pelo Conselho Gestor do fundo, será majoritariamente composta de **recursos reembolsáveis**, totalizando **R\$ 1,029 bilhão**, enquanto **R\$ 52 milhões** serão alocados para

projetos que utilizam recursos não reembolsáveis. A proposta, que visa expandir a banda larga em todo o Brasil, ainda precisa ser aprovada no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) e pode sofrer modificações. O ministro **Juscelino Filho** destacou que os fundos serão direcionados a iniciativas voltadas para a **inclusão digital**, com ênfase em escolas e comunidades remotas e rurais. Ele ressaltou que o Fust, que havia ficado inativo por décadas, agora está sendo utilizado para fortalecer a infraestrutura de telecomunicações no país, um passo crucial para melhorar a conectividade e acesso à tecnologia em regiões que mais necessitam. Com informações de: [Abranet](#)

Consultas & Compras Públicas

- **Anunciada abertura de Consulta para registro de preços na contratação de empresas de TIC no Ministério da Gestão.** O MGI (Ministério de Gestão e Inovação) anunciou a abertura de uma [Consulta Pública](#) até o dia 27 de setembro, visando o registro de preços para a contratação de uma empresa especializada em tecnologia da informação e comunicação (TIC). O objetivo é modernizar a infraestrutura de rede, com foco na aquisição de equipamentos como **Switch Core** e **sistemas de Wi-Fi**, além de incluir serviços de instalação e treinamento para o uso desses novos recursos. A contratação contemplará ainda uma **garantia de 60 meses**, garantindo maior segurança e suporte para a implementação das tecnologias propostas. Detalhes adicionais sobre o processo e a participação na consulta podem ser acessados por meio de um [link](#) disponibilizado pela MGI.

Nomeações

- **Casa Civil nomeia diretor do Centro de Tecnologias Estratégicas.** No âmbito da Casa Civil da Presidência da República, foi [nomeado](#) **Marcelo Brito Carneiro Leão** para exercer o cargo de Diretor do Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).
- **MSJP designa coordenador de Infraestrutura de TIC.** O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) designou **Artur Henrique Castro De Andrade** para a função de Coordenador de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação.
- **Ministério das Relações Exteriores designa Diretor em departamento científico.** Esta semana, foi [designado](#) **Eugenio Vargas Garcia** para exercer o cargo de Diretor do Departamento de Ciência, Tecnologia, Inovação e Propriedade Intelectual, da Secretaria-Geral das Relações Exteriores do Ministério das Relações Exteriores (MRE), no âmbito da Presidência da República, exonerando **Luciano Mazza de Andrade** do cargo supracitado.
- **Portaria designa servidores para Comissão Interministerial de Infraestrutura e Planejamento da América do Sul (ROTAS).** O Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) [designou](#), nesta semana, os servidores que comporão a Comissão Interministerial de Infraestrutura e Planejamento da América do Sul (ROTAS).

- **Presidência nomeia diretor de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do MEC.** Esta semana, foi [nomeado](#) **Charles Okama de Souza** para exercer o cargo de diretor de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, do Ministério da Educação (MEC).
- **Saúde designa coordenador-geral de Inovação e Informática em Saúde.** O Ministério da Saúde (MS) [designou](#) **Robson Willian de Melo Matos** para a função de Coordenador-Geral de Inovação e Informática em Saúde do Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde, da Secretaria de Informação e Saúde Digital.